

Bresser contradiz 451 afirmação de Milliet

Arquivo - 7.5.87

O porta-voz do Ministério da Fazenda, jornalista Francisco Baker, afirmou ontem que o Presidente da República não recomendou fazer um pagamento simbólico dos juros vencidos para fugir ao rebaixamento da dívida externa brasileira para a categoria de "créditos duvidosos". Depois de conversar sobre o assunto com o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, ele informou ter ouvido dele que o presidente José Sarney "está satisfeito com a posição firme que nós estamos adotando". A informação contraria afirmação feita também ontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, de que o País deverá fazer um pagamento simbólico.

O porta-voz assegurou que a "posição firme" está mantida. Ela consiste em não fazer qualquer pagamento simbólico nem suspender a moratória enquanto não houver progressos significativos nas negociações que envolvem um acordo de longo prazo sobre toda a dívida com os bancos credores privados internacionais (US\$ 67 bilhões de principal mais juros). Ele disse que o Governo brasileiro não aceita um acordo de curto prazo.

Divergência

As interpretações colhidas ontem, no Ministério da Fazenda, sobre o andamento das negociações que estão sendo travadas nos Estados Unidos (Nova Iorque e Washington) com o comitê assessor dos bancos privados e com o Governo norte-americano pelos dois negociadores brasileiros (Fernão Bracher, assessor especial do ministro da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa, e Antônio de Pádua Seixas, diretor para Assuntos da Dívida Externa do Banco Central), não coincidiam. Enquanto o porta-voz dizia ter ouvido do ministro que as negociações "estão indo muito bem", o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério, embaixador Rubens Barbosa, afirmava que "não há nenhum progresso significativo". Ele ponderou, contudo,



"Sarney foi contra pagamento"

não ter conseguido conversar, ontem, por telefone, com Fernão Bracher.

Embora o ministro da Fazenda mantenha discrição sobre os trunfos que o Brasil pretende utilizar na negociação, o *Jornal de Brasília* colheu ontem a informação de que o Governo não pretende vender gratuitamente a suspensão da moratória declarada em 20 de fevereiro deste ano. Conforme esta informação, ou o Brasil tira o máximo de proveito dela e consegue um acordo que lhe dê uma folga no seu balanço de pagamentos nos próximos anos, ou todo o risco assumido com a moratória terá sido em vão.

No Ministério da Fazenda reforça-se, por outro lado, a expectativa de que os débitos brasileiros não serão rebaixados. É que além da possibilidade de os bancos internacionais (sobretudo americanos) perderem a boa remuneração dos débitos brasileiros de curto prazo (cerca de US\$ 15 bilhões cujos encargos o Brasil continua pagando normalmente), surgiu um novo ingrediente: com o "crack" na bolsa de Nova Iorque, as dificuldades dos bancos americanos aumentaram, e não lhes será fácil fazer provisões no valor correspondente aos juros não pagos pelo Brasil.